



Índice

- 01** [Brasil tenta acertar erros do passado com índios](#)
- 02** [Artistas indígenas fazem exposição de obras em Roraima](#)
- 03** [Índios deixam hotel invadido](#)
- 04** [Lideranças de MS reforçam pedido de união entre produtores contra ações da Funai](#)
- 05** [Indígenas da Amazônia sob a ameaça do genocídio](#)
- 06** [Representantes indígenas de 16 países participam de competição](#)
- 07** [Abril Indígena em Rondônia e Mato Grosso foca nos direitos constitucionais indígenas](#)
- 08** [Líder indígena brasileiro ganha prêmio 'Herói da Floresta' da ONU](#)
- 09** [Terra de índio, não de branco](#)
- 10** [Temporada de caça aos quilombos](#)
- 11** [Criação de ovelhas gera renda para quilombolas na foz do São Francisco](#)
- 12** [Cotas raciais em concursos públicos é tema de audiência promovida pela PFDC](#)



Brasil tenta acertar erros do passado com índios

SÍTIO G1, 11.04.2013

Damião Paridzané tinha 9 anos de idade, em 1966, quando ele e centenas de outros índios xavantes foram colocados dentro de um avião de carga da Força Aérea Brasileira (FAB).

O governo, ávido por uma fatia de terra fértil na região central do país para a agricultura comercial, levou os índios para uma nova reserva a 400 quilômetros de distância. Paridzané lembra que muitos amigos morreram de sarampo, enquanto outros entraram em confronto com tribos rivais que foram forçadas a compartilhar a mesma área.

Quase meio século após a expulsão, os xavantes estão de volta, e Paridzané usa com orgulho seu cocar colorido. Nestes dias, é o "homem branco" que está sendo forçado a sair. Enquanto o governo da presidente Dilma Rousseff tenta corrigir os erros do passado, foram expulsos cerca de 7.000 agricultores e outros colonos, e suas lavouras foram transformadas em reserva para que os xavantes pudessem voltar para casa.

"Aqui é território tradicional", disse Paridzané. "Não tem nada a ver com brancos, fazendeiros, empresários de fora do Brasil. Aqui o território é dos xavantes." Mas esta não é uma história feliz para sempre. Surgiram confrontos violentos. Os agricultores têm contestado as expulsões no Supremo Tribunal Federal (STF). A cidade deixada para trás pelos colonos está em ruínas.

O conflito destaca os riscos enfrentados pelo país, uma potência agrícola. O governo tenta resolver séculos de disputas étnicas envolvendo a propriedade de terras de onde brota grande parte da riqueza do país.

Mais de 100 anos depois que os Estados Unidos terminaram de delimitar suas reservas indígenas, o Brasil é um dos poucos países da América Latina, incluindo Colômbia e Panamá, que ainda está redistribuindo terras. Mas o governo conseguiu ir um pouco mais longe, retirando não-índios de terras indígenas.

A quantidade de terra no caso dos xavantes "é relativamente pequena", aproximadamente do tamanho de Londres. E o Brasil geralmente tem um bom histórico de proteger os direitos de propriedade dos moradores locais e estrangeiros.

O governo ofereceu reassentar alguns agricultores, mas não todos. No entanto, o setor do agronegócio teme que a conservação de terras indígenas poderia gerar mais controvérsia, já que agricultores e mineiros avançam na floresta amazônica, onde algumas tribos nunca tiveram contato com o mundo exterior.

Governos da América Latina têm se esforçado para equilibrar a necessidade de desenvolvimento econômico com os direitos de uma comunidade indígena que representa cerca de 10 por cento da população da região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 059 / 2013

Brasília, 12 de abril de 2013.

Nos últimos anos, essa comunidade cresceu, ganhando força política. Em 2009, o governo brasileiro retirou produtores de arroz e pecuaristas de Raposa Serra do Sol, uma área 10 vezes maior do que a reserva xavante, de 1,68 milhão de hectares, perto da fronteira com a Venezuela.

Confrontos sobre direitos da terra no Peru deixaram mais de 100 mortos nos últimos anos. Protestos indígenas adiaram planos de exploração de minas e estradas no Equador e na Bolívia. No Brasil, protestos atrasaram a construção de um dos projetos preferidos de Dilma, o enorme complexo hidrelétrico de Belo Monte, e chamaram a atenção de celebridades como o diretor de "Avatar", James Cameron.

Alguns veem o fechamento de um ciclo, com a tribo xavante e sua terra voltando para um estado mais primitivo. Seth Garfield, professor da Universidade do Texas em Austin, que escreveu um livro sobre os xavantes, disse que a tribo era uma das poucas na região que não teve contato com os europeus antes de sua expulsão, tornando a situação particularmente cruel.

"É um fim fascinante", disse Garfield.

O acerto histórico de contas, advertem agricultores, vai ter um custo para o setor no país, um dos principais exportadores agrícolas do mundo.

O diretor-regional da cooperativa de soja Aprosoja, Gilmar Delosbel, disse que a incerteza criada pelas disputas de terras poderia fazer os agricultores pensarem duas vezes antes de avançarem para novas terras. Isso poderia, por sua vez, afetar a meta do Brasil de passar os Estados Unidos e se tornar o maior produtor mundial de soja.

"A terra que está produzindo, tem que deixar produzir alimentos, gerar riquezas pelo país", disse Delosbel.

BALAS DE BORRACHA E GÁS LACRIMOGÊNEO

A quantidade de terra em jogo em Marãiwatsédé, um trecho de cerrado perto da Amazônia e a cerca de 375 quilômetros a noroeste de Brasília, é de quase 165.000 hectares. Mas os acontecimentos dos últimos seis meses foram dramáticos o suficiente para chamar a atenção de todo o país.

A pedido dos xavantes, o governo derrubou muitas das casas, silos de grãos, escolas e outros rastros deixados por agricultores que ocuparam a área nos últimos 50 anos.

Índios usam rifles para caçar o gado deixado pelos fazendeiros em busca de carne. Cães abandonados vagam em meio aos destroços de madeira e metal de construções, e urubus famintos avidamente se aproximam de animais mortos.

Uma placa escrito a mão anuncia o novo nome que os índios xavantes deram à única cidade da região é Mõõnipa, substituindo o nome em português: Posto da Mata.

CONT.



Onde funcionava um posto de gasolina, quatro policiais estão a postos contra qualquer nova agressão pelos agricultores expulsos, alguns dos quais pegaram em armas para tentar obter sua velha terra de volta. Um vídeo recente da polícia mostra tropas federais disparando balas de borracha e gás lacrimogêneo contra cerca de 50 fazendeiros que estavam tentando impedir a remoção de pessoas de suas casas.

O espetáculo de fazendas outrora prósperas sendo reduzidas a escombros horrorizou o setor do agronegócio e seus poderosos aliados em Brasília, que temem que um novo precedente esteja sendo definido para a disputa de terras em outros lugares. Mas o esforço para reverter parcialmente as apreensões de terras indígenas tem sido tomado há décadas.

A Constituição, de 1988, consagrou o direito dos índios às "terras tradicionalmente ocupadas" e definiu que o Estado é responsável por "demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Os governos vêm aplicando a lei que destina 13 por cento do território brasileiro a 0,4 por cento da população considerada indígena. Por outro lado, apenas 2,3 por cento das terras no continente dos Estados Unidos são reservadas aos índios, que representam 0,9 por cento da população. A Fundação Nacional do Índio (Funai) começou a montar uma proposta para uma nova reserva para os índios xavantes em 1992, e seu plano foi aprovado em 1998. O agronegócio, que tem na senadora Kátia Abreu (PSD-TO) uma de suas vozes influentes, tentou impedir a retirada dos produtores ao questionar os limites do território indígena. Mas o STF negou a apelação final em outubro e a Funai deu prazo de 30 dias a todos os "intrusos" não-índios para desocupar o local. A polícia e o Exército, em seguida, foram para a região antes do fim do ano.

O pecuarista Antonio Luiz Pereira e sua jovem família estão agora desenraizados e sem-teto, um pouco como a situação de Paridzané há cinco décadas.

Pereira, sua mulher e seus três filhos agora passam suas noites em um ginásio escolar sufocante a cerca de 40 quilômetros de sua antiga casa. Seus pertences estão em caixas no chão, juntando bolor. "Tínhamos uma boa casa e uma vida boa lá, e nós perdemos tudo", disse Pereira, balançando a cabeça.

Agricultores mais ricos, em sua maioria, se refugiaram em cidades maiores para se reagrupar, sem qualquer compensação monetária. Mas cerca de 270 famílias, incluindo a de Pereira, estão em compasso de espera, depois de fazerem registro com o governo e inscrição para reassentamento. Destas, 105, principalmente famílias de renda mais baixa, estão sendo levadas para pequenos lotes de terra nas proximidades.

Os Pereira e outras famílias receberam ofertas de terra a três horas de distância, mas dizem que é muito seca e arenosa para a criação de gado ou plantações, e estão à espera de uma oferta melhor. Outros têm se mobilizado, criando bloqueios esporádicos em protestos que levaram à escassez de combustível e comida em cidades do norte. Uma multidão queimou um caminhão que se dirigia para a aldeia do cacique Paridzané com medicamentos e suprimentos.

CONT.



CONFUSÃO JURÍDICA

Agora está sendo debatido se os antigos produtores tinham contrato de propriedade. O coordenador do escritório regional da Funai, Paulo Roberto de Azevedo Junior, diz que os agricultores sabiam que estavam invadindo território indígena e que os documentos de propriedade alegando o contrário são falsos.

Mas a família Pereira conta que não tinha nenhuma razão para duvidar de uma certidão de proprietários de imóveis, que mostraram a um repórter, que indica que compraram a fazenda por cerca de 100.000 dólares em 2005. Embora os limites da reserva indígena tenham sido aprovados em 1998, os agricultores dizem que não entenderam que isso implicaria a sua saída.

A senadora Kátia Abreu, que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), diz que o verdadeiro culpado é a ausência de "regras claras".

O problema, segundo grupos de agricultores, é que a Funai está expulsando as pessoas de áreas onde autoridades do governo local incentivaram a colonização em um período tão recentemente quanto nos anos 1990.

Eles também dizem que a Funai e outros órgãos têm sido muito agressivos quando decidiram o que constitui uma terra ancestral. As questões se tornaram mais difíceis pela natureza nômade de muitas tribos e da geografia hostil da Amazônia, o que torna mais difícil o mapeamento e a definição de limites.

"A Funai só quer continuar fazendo mais reservas em áreas indígenas que não são reivindicadas", disse Delosbel, diretor regional da cooperativa de soja. "Obviamente, nós queremos que eles vivam bem ... mas o suficiente é o suficiente."

O cacique, que prometeu a seu pai e seu avô que iria recuperar a sua terra, disse que as mudanças são irreversíveis. Ele afirma que vai recusar pedidos por parte dos agricultores para arrendar de volta a terra antiga deles, ou quaisquer tentativas do governo de pavimentar uma estrada que poderia reduzir o tempo que os agricultores da área levam para transportar sua produção aos portos do Nordeste.

"Não vamos conversar. Não pode haver fazendeiros correndo atrás de cacique ... acabou a discussão", declarou ele antes de uma assembleia de índios xavantes, em que abaixaram suas cabeças, em sinal de respeito, enquanto ele falava.

"UMA BATALHA PERDIDA"

Os xavantes têm ideias radicalmente diferentes sobre agricultura e desenvolvimento. Eles querem que a área se torne novamente digna do nome Marãiwatsédé, uma palavra xavante para "mata fechada, perigosa". Isso significa deixar as odiadas fazendas de soja e gado crescer em pousio, na esperança de que as árvores brotem. Ainda assim, nem todas as armadilhas da modernidade serão sacrificadas - é muito tarde para isso.

CONT.



Enquanto os xavantes ainda vestem roupas cerimoniais e se pintam para as celebrações, a maioria usa shorts e camisetas na maior parte do tempo. As crianças pedem refrigerante aos visitantes. A aldeia principal tem uma igreja católica e uma escola com aulas de língua xavante, assim como de português, o que, segundo o cacique Paridzané, é importante que as crianças aprendam.

Grupos sem fins lucrativos ajudaram a construir cabanas, e a tribo vai continuar dependendo do governo para a segurança.

A Funai está tentando encorajar a tribo a se tornar economicamente autossuficiente, em parte, pela produção de milho orgânico e soja que poderiam ser comercializados sob uma marca Marãiwatsédé. O órgão também planeja trazer mais 4.000 xavantes de outras reservas para tornar o assentamento viável, e espera, eventualmente, suspender a doação de comida básica.

"Antigamente, demos grandes quantidades de cestas básicas, agora não, eles não podem ficar dependentes, esta situação é paternalista", disse Azevedo Junior.

Os agricultores temem que o fim da briga não tenha sido sacramentada em Marãiwatsédé. Sua mais recente preocupação: a reserva abriga o fungo da ferrugem asiática, uma doença terrível que danifica as folhas e rapidamente mata as plantas de soja. A Aprosoja diz que alguns dos 3.000 hectares de plantações de soja agora abandonados estão infestados com o fungo, ameaçando 341.000 hectares em fazendas nos arredores.

"Tiraram milhares de pessoas (de) lá (de) onde se plantava, a gente tem uma preocupação com a parte sanitária", disse Eduardo Godoi, um gestor da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato). "Marãiwatsédé é uma batalha perdida."



Artistas indígenas fazem exposição de obras em Roraima

SÍTIO G1, 11.04.2013



Exposição reúne obras com temáticas locais.
(Foto: Camila Dall'Agnol/G1 RR)

Oito artistas indígenas de Roraima se reuniram para comemorar o Dia do Índio mostrando a cultura local por meio de manifestações artísticas. São quadros, esculturas e apresentações que discutem e apresentam o cotidiano do índio local e suas diversidades.

Esse é o 1º Encontro de Todos os Povos, coordenado pelo artista Jaider Esbell, que acontece no Espaço de Cultura e Arte União Operária, em Boa Vista. "É possível sim continuar sendo indígena e se comunicar com o mundo de forma ampla e sem restrição, sem culpa e sem remorso", disse Esbell.

Serviço

I Encontro de Todos os Povos

ONDE: Espaço de Cultura e Arte "União Operária", na Av. Nossa Senhora da Consolata, Centro

QUANDO: 11 a 19 de abril, das 9h às 12h e das 14h às 17h

QUANTO: Entrada gratuita

INFORMAÇÕES: (95) 3621-3166 (Coordenação de Cultura da UFRR)

AGENDAMENTOS: (95) 9959-2025 (Para grupos grandes)



Índios deixam hotel invadido

SÍTIO INTERJORNAL, 11.04.2013

Um grupo de índios tupinambás que havia invadido um hotel próximo a Ilhéus, na Bahia, deixou o local ontem após a chegada da Polícia Federal (PF). O empreendimento, que conta com 14 bangalôs, é de propriedade do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e do empresário Arthur Bahia.

A Funai atestou que o local não está e nem estaria em uma possível demarcação de reserva indígena destinada à tribo. Os Tupinambás ocuparam o espaço durante três dias, e reivindicavam o direito pela posse da terra.

"Ainda estamos contabilizando as perdas. Mas sabemos até agora que levaram oito televisões, roupas e materiais da dispensa", diz Arthur Bahia.



Lideranças de MS reforçam pedido de união entre produtores contra ações da Funai
SÍTIO FOLHADEDOURADOS, 11.04.2013

"Precisamos falar a mesma língua. O Brasil está sendo invadido e não estamos fazendo nada, nenhuma ação. Falta sair às ruas e nos mobilizarmos através de ações a nível nacional", propõe Silvanir Rosset, presidente do Sindicato Rural de Guaíra (PR). Para o prefeito de Iguatemi, José Roberto Arcoverde, "o grande desafio é acordar os produtores rurais, o que não vai ser fácil. Falta união para mobilizar o produtor e fazê-lo entender que isso é um problema sério, porque senão ele vai sim perder a terra", afirma.

Aproximadamente 1.500 pessoas, entre produtores, empresários e lideranças sindicais participaram de duas audiências públicas realizadas em Tacuru e Coronel Sapucaia, na região do cone sul do Estado, no último fim de semana. As ações visam chamar a atenção dos representantes para a necessidade urgente de ações contra a demarcação de terras ilegítimas por parte da Fundação Nacional do Índio – Funai.

Recentemente, a Funai e o Ministério Público publicaram uma portaria criando um grupo técnico para fazer um levantamento que irá determinar o tamanho da suposta terra indígena Dourados-AmambaiPeguá, aumentando para 28 os municípios afetados pela nova demarcação. Caso sejam publicadas as novas portarias, Coronel Sapucaia terá mais da metade de seu território como terra indígena, com 53%. A prefeita da cidade Nilcéia Alves de Souza propõe como solução "pensar em políticas públicas e programas para o índio, pois tudo o que os não-índios têm, ele têm também". Ela foi apoiada pelo deputado estadual Zé Teixeira, que complementou dizendo: "os índios querem os mesmos direitos dos brancos, sem pagar impostos".

Já em Tacuru, são reivindicados mais de 70 mil hectares, atualmente ocupados por aproximadamente 300 pequenos produtores, ironicamente assentados pela reforma agrária. O prefeito da cidade, Pedrinho, conta que "das duas aldeias que temos, nunca tivemos um conflito, inclusive eles nem se manifestaram para reclamar áreas que a Funai diz que são deles".

"Somos contra a baderna que a Funai está fazendo em nosso Estado. Eles entram nas propriedades rurais, fazem as 'vistorias' e depois publicam laudos com um monte de mentiras. Não podemos permitir que os produtores sejam tratados como bandidos, produtores estes responsáveis pelo alimento que está em nossa mesa", enfatizou a deputada estadual Mara Caseiro. Reforçando o discurso da política, o também deputado Lídio Lopes foi direto, "o maior problema são as ONGs e a Funai, que instigam essa briga entre índios e produtores".

A antropóloga Roseli Ruiz destacou que "todos os relatórios estudados no Estado, inclusive o de Iguatemi, são viciados, não trabalhados na base da ciência e sim da ideologia". Já Hilário Parisi, presidente do sindicato de Iguatemi foi breve, fazendo um ultimato aos presentes, "se não nos unirmos, o governo irá demarcar todas essas terras, é um compromisso assumido por ele. Não vamos entregar assim, de mão beijada, tudo o que construímos a vida inteira".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 059 / 2013

Brasília, 12 de abril de 2013.

Luana Ruiz, assessora jurídica do sindicato de Tacuru, foi pontual no encerramento de seu discurso: "Não adianta qualquer natureza de ação, quer seja por parte dos deputados, senadores, prefeitos, vereadores, se nós, produtores, não estivermos aqui na base, junto, fortes e unidos. Essa é a nossa arma, a união".



Indígenas da Amazônia sob a ameaça do genocídio

SÍTIO UOL, 11.04.2013

O projeto de lei federal nº1610/96, batizado de "PL da Mineração", foi classificado, nesta quarta-feira (10), como ameaça real aos povos indígenas da Amazônia e "a mais nova versão do genocídio indígena" caso seja aprovado pelo Congresso Nacional. A advertência é de um grupo que reúne indigenistas, cientistas sociais e jornalistas participantes da mesa redonda "O golpe de 65 e as ações dos militares na Amazônia", realizado no auditório rio Solimões, do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), como atividade do Comitê do Direito à Verdade e à Memória no Amazonas, em parceria com o Departamento de História da Ufam.

O "PL da Mineração" tramita em Brasília desde 1996. Atualmente, aguarda parecer da comissão especial da Câmara dos Deputados. Se for aprovado, vai permitir que empresas explorem recursos minerais em terras indígenas hoje protegidas. Mapeamentos nessas áreas realizados desde os anos de 1970 revelam que nela estão concentradas as maiores reservas de minérios.

Segundo a jornalista Elaíze Farias, apenas nas terras dos ianomâmis, existem aproximadamente 650 pedidos para estudos minerários feitos por empresas do setor. "Eu fiz um levantamento para uma reportagem (publicada no jornal A CRÍTICA), o qual indica que aproximadamente 80% das terras ianomâmi são foco de pesquisas para exploração de minérios. Parece até que isso tudo é um exagero, mas não é. Essa é uma situação crítica que os povos indígenas estão passando. (...). Essas pesquisas fazem parte de um novo projeto desenvolvimentista da região na América Latina", disse Farias.

O coordenador do Comitê estadual do Direito à Verdade e à Memória, o indigenista Egydio Schwade, o assessor da Comissão Nacional da Verdade e consultor da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Egon Heck, o professor de História da Ufam, ex-vereador Aloysio Nogueira e o diretor do ICHL, o professor de Filosofia Nelson Noronha, representando a reitoria da universidade, também participaram das exposições.

O professor de História, Aloysio Nogueira, disse que alguns dos sobreviventes de 1964 no Amazonas convivem com o medo de falar e que o desafio é convencê-los a falar porque os registros desse período são os da oralidade.

Representantes indígenas de 16 países participam de competição

SÍTIO MIDIANEWS, 11.00.2013



Cerca de 1600 Atletas indígenas de 16 países virão a Cuiabá entre os dias 10 a 18 de outubro para participar da décima segunda edição dos Jogos dos Povos Indígenas. O evento, que ocorre a cada dois anos, será situado em uma área na comunidade Sucuri, na Capital, onde será montada uma estrutura semelhante a uma aldeia para realização das provas. A competição é realizada pelo Governo de Mato Grosso, Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ICT) e prefeitura de Cuiabá.

De acordo com o secretário adjunto da secretaria de Esporte e Lazer, José de Assis Guaresqui, este é um evento que confirma Mato Grosso na agenda dos grandes eventos esportivos. "Os jogos indígenas vão divulgar Mato Grosso. É um grande evento em parceria com a prefeitura e com contrapartido do Governo Federal", afirmou.

Durante o evento será lançado os jogos mundiais indígenas, segundo o coordenador de Cultura e Esporte Tradicional Indígena, Carlos Terena. Estarão presentes no evento representantes de etnias indígenas da Austrália, Noruega e diversos países da América. "Este evento vai mostrar a importância do índio como valor histórico. Será o maior evento transcultural do Brasil", afirmou Terena.

A proposta para a edição de 2013 é reunir índios representantes de cerca de 42 etnias nacionais e estrangeiras. As delegações disputarão dez modalidades esportivas e tradicionais presentes no cotidiano das aldeias. Arco e flecha, corrida de tora, natação, canoagem e arremesso de lanças são algumas delas. "Trata-se de uma tradição iniciada por nossos ancestrais, transmitida e atualizada de geração em geração, respeitando os valores e adquirindo o dom da partilha do reencontro entre parentes. É um evento que terá como tema a celebração e não apenas a competição", definiu Carlos Terena.



Abril Indígena em Rondônia e Mato Grosso foca nos direitos constitucionais indígenas
SÍTIO CIMI, 11.04.2013

Entre os dias 09 e 11 de abril, com o tema "O grito dos povos indígenas pela garantia dos direitos constitucionais", foi realizado o Abril Indígena Regional, em Porto Velho (RO). Sessenta participantes representaram os povos Aikanã, Arara, Gavião, Karitiana, Kanoé, Latundê, Mamaindê, Kwaza, Wayoro, Puruborá, Sakyrabiar, Guarassugwe, Sabanê, Oro Waram, Oro Mon e Zoró, que vivem em Rondônia e no noroeste do Mato Grosso. Representantes do CIMI, da Pastoral Indigenista de Ji-Paraná, do Conselho de Missão entre os Índios (Comin), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Instituto Madeira Vivo (IMV) também participaram do evento, que aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (Sintero).

Os principais temas discutidos foram os impactos diretos do atual modelo de desenvolvimento nos povos e territórios indígenas, materializados, principalmente, nos mega projetos de infraestrutura, e as proposições legislativas que, atualmente, tramitam no Congresso Nacional, e propõem a retirada de uma série de direitos indígenas historicamente conquistados. A saúde, a educação, o próprio movimento de resistência indígena e a demarcação de terras foram outros temas amplamente debatidos pelos participantes no evento. O documento final produzido no encontro expõe as "angústias, preocupações e violências ainda vivenciadas diariamente" por essas comunidades tradicionais, além de apresentar as principais demandas e posicionamentos desses povos.

Leia aqui o documento final do Abril Indígena Regional (RO e noroeste do MT):

Carta Final do Abril Indígena Regional (Rondônia e noroeste do Mato Grosso) 2013

Nós, povos indígenas Karitiana, Gavião, Arara, Zoró, Oro Mon, Oro Waram, Canoé, Mamaindê, Aikanã, Latundê, Sabanê, Puruborá, Sakirabiat, Wajuru, Cassupá, Guarassungwê e Kwazá, oriundos de Rondônia e do noroeste do Mato Grosso, reunidos no "Abril Indígena" Regional, de 8 a 11 de abril de 2013, com o tema "O grito dos povos indígenas pela garantia dos direitos constitucionais", na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintero), em Porto Velho, discutindo, avaliando e refletindo sobre os problemas que nos atingem, expomos nossas angústias, preocupações e violências ainda vivenciadas diariamente por nossas comunidades e territórios tradicionais, no que se refere:

Saúde

01- Constatamos, mais uma vez, que a falta de um atendimento diferenciado tem provocado a morte de muitas crianças, gestantes e idosos, que são os mais vulneráveis e as vítimas deste atendimento.

02- Muitos pacientes do interior são transferidos para Porto Velho para atendimento mais especializado, mas são impedidos de trazerem acompanhantes. O caso fica mais dramático quando isso ocorre com mulheres que não sabem falar o português. Elas ficam desesperadas e se sentem abandonadas.

CONT.



03- Continua a demora do atendimento nos hospitais. Isso tem provocado o óbito de muitos parentes.

04- Pacientes que necessitam de tratamento especializado, dentro e fora do estado, estão morrendo à míngua porque seus encaminhamentos não são priorizados.

05- As estruturas das Casas de Saúde Indígena (Casai) são precárias. Faltam equipe médica, medicamentos, equipamentos e formação específica dos profissionais envolvidos. Também faltam medicamentos básicos nos postos de saúde das aldeias. Algumas aldeias ficam muito distantes e são de difícil acesso. Por isso, não é possível, pelo menos nesses casos, exigir receita médica para o fornecimento de medicamentos para uma simples dor de cabeça ou diarreia.

06- Que o estado de Rondônia contemple, em seu orçamento, recursos para o atendimento à saúde indígena; que a SESAI firme convênio com o estado para o atendimento especializado e de alta complexidade a pacientes indígenas.

07- O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Porto Velho terceirizou os serviços de transporte. Com isso, alega aos pacientes indígenas que o transporte não é mais de sua responsabilidade e que qualquer reclamação deve ser feita à empresa contratada.

A atual empresa responsável por esse serviço tem estabelecido regras para o transporte de pacientes incompatíveis com as demandas indígenas e com a realidade amazônica. Citamos, por exemplo, que os motoristas encerram seu horário de trabalho às 17 horas. Depois disso não buscam mais pacientes nas aldeias. Não existe motorista de plantão à noite, nem no fim de semana. Nos finais de semana e feriados, muitas vezes, os bombeiros são acionados para fazerem esse transporte, inclusive no trajeto Casai-hospital. Os motoristas são impedidos de transportar outros pacientes no trajeto aldeia-Casai que não sejam aqueles determinados pela direção da Casai. Também são impedidos de atravessar pontes, bueiros e lugares de difícil acesso que ponham em risco o veículo da empresa, preferindo pôr em risco a vida do paciente indígena. Exigimos a imediata rescisão desse contrato com esta empresa e entendemos que o DSEI é sim o responsável pelo transporte de pacientes indígenas.

08- Manifestamos nossa preocupação com relação à nossa participação na 5ª Conferência de Saúde Indígena, por não estarmos sendo informados sobre a sua condução, nem mesmo em nível local e estadual.

Educação

01. Exigimos a imediata implementação da Lei 578/10 que criou o cargo de magistério público indígena e quadro administrativo, notadamente no que se refere ao concurso público para esses cargos e às nomeações previstas nos artigos 41 e 42 desta Lei.

02- Queremos a participação efetiva de representantes indígenas na comissão de elaboração do referido concurso público, sob pena dele não atender todas as especificidades das diferentes realidades indígenas.

CONT.



03- Que haja participação ativa dos povos indígenas na política de educação escolar indígena, na gestão das ações e no controle social.

04. Criação e instalação do Conselho de Educação Escolar Indígena de Rondônia, com participação indígena desde à concepção desse Conselho.

05. Criação de uma Gerência de Educação Escolar Indígena para garantir, de fato e de direito, uma educação escolar específica e diferenciada, segundo os princípios aprovados pelo MEC.

06. Regularização das Escolas Indígenas, considerando suas especificidades.

07. Implantação do Projeto do Sexto ao Nono ano e Ensino Médio em todas as Escolas Indígenas.

08. Agilidade na construção de escolas indígenas adaptadas à realidade local, com estrutura física que garanta seu bom funcionamento.

09. Garantir o atendimento pedagógico nas Escolas Indígenas.

10- Retomada imediata do curso AÇAI II, sob pena de inviabilizar a formação dos professores no curso de magistério indígena.

11- Que a Universidade de Rondônia (Unir) assegure o cumprimento da Lei 12.711/12 referente ao ingresso de estudantes indígenas na educação superior pública de Rondônia.

Terra

1- Reconhecimento do povo indígena Guarassungwê, da região de Pimenteiras (RO).

2- Revisão dos limites da TI Zoró para incorporar suas terras tradicionais, que ficaram fora dos atuais limites.

3- Revisão dos limites da TI Igarapé Lourdes para incorporar as terras tradicionais do Gavião e do Arara, que ficaram fora dos atuais limites;

04- Conclusão imediata do GT de revisão dos limites da TI Karitiana

05- Continuação do GT de revisão dos limites da TI Kaxarari.

06- Demarcação das TIs: Cassupá, Salamã e Aikanã (Chupinguaia), Kwazá (Parecis), Djeoromitxi, na região de Figueiras, Aruá, Makurap, Tupari, Kampé, Arikapu, Canoé e Djahoi, todos no município de Alta Floresta, Pirineu de Souza (Casa de Rondon – Vilhena) e Comodoro-MT). Imediata demarcação das TIs Puruborá (município de Seringueiras), Migueleno (município de São Francisco), Wajuru (Porto Rolim, Alta Floresta), Cujubim (Costa Marques e Guajará Mirim) Mamaindê, Tawandê e Idalamarê (Comodoro MT).

07- Imediata interdição e demarcação das terras dos povos indígenas livres (sem contato voluntário).

CONT.



08- Revisão de limites da TI Vale do Guaporé, município de Comodoro (MT), para incorporar a região da Lagoa dos Brincos, onde está localizada a Fazenda Maringá, mas que é área tradicional do povo Mamaindê.

09- Retirada dos invasores e conclusão da regularização da TI Rio Negro Ocaia.

10- Conclusão das revisões de limites das TIs Pacaas Novos, Igarapé Lage e Ribeirão.

Grandes Projetos do PAC

01. Todos os grandes empreendimentos em execução e os previstos para esta região atingem de uma ou outra forma nossos territórios indígenas. Esse modelo de desenvolvimento adotado pelo atual governo não respeita as populações tradicionais e o meio ambiente. Estamos vendo nossas terras ou o seu entorno sendo invadidos por PCHs, hidrelétricas, estradas. Nossos direitos constitucionais não estão sendo respeitados, em nome de um suposto progresso que só beneficia grandes grupos econômicos, que atentam contra a nossa integridade física e cultural e afetam nossa dignidade humana.

Citamos como exemplo de violência que nossos povos e territórios estão sofrendo:

1- As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), construídas ao longo da bacia do Rio Branco, vem há décadas afetando 10 povos indígenas que vivem na TI Rio Branco, no município de Alta Floresta do Oeste. A PCH Cascata, no Rio Pimenta Bueno, atinge a TI Tubarão Latundê, em Chupinguaia, construída em cima de três cemitérios antigos e afeta o território tradicional dos Aikanã, Cassupá, Salamã, Massacá e Kwazá.

02- As hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio atingem os povos Karitiana, Uru-Eu Wau Wau, Kassupá, Karipuna, Kaxarari e os povos da região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Repudiamos que toda pactuação para a reparação ou compensação de danos causados por essas obras estejam sendo feitas diretamente com a Funai, sem a participação dos povos indígenas afetados.

03- Nessa região há presença de indígenas isolados, reconhecidos pela Funai, que podem estar sendo exterminados. Responsabilizamos a Funai, a União, os governos federal e estadual e as empresas responsáveis por esses empreendimentos por um eventual genocídio desses povos isolados. Nenhuma medida de mitigação ou compensação diminui os prejuízos que já temos e que ainda teremos com esses empreendimentos.

04- Nosso repúdio contra a possível construção da Hidrelétrica de Tabajara, no Rio Machado, que atingirá os povos Tenharin e Diahoi, povos isolados daquela região, Arara e Gavião da TI Igarapé Lourdes, além de outras populações tradicionais e Unidades de Conservação. Já fomos contra a construção dessa hidrelétrica no passado e continuaremos não permitindo mais essa violência contra nossos direitos.

05- De igual forma, nosso repúdio à possível construção da Hidrelétrica Ribeirão, em Guajará-Mirim. Os povos indígenas daquela região já estão sendo afetados pela Hidrelétrica de Jirau. Agora o governo planeja mais uma hidrelétrica que alagará boa parte das Terras Indígenas daquela região.

CONT.



06- Sabemos que estradas estão sendo projetadas, a exemplo da BR 080 e BR 421, para o escoamento da produção dos grandes agropecuaristas. Não admitiremos que essas estradas passem nas Terras Indígenas ou no seu entorno, legalmente protegidos, para beneficiar esses grandes fazendeiros, em detrimento de nossos direitos constitucionalmente garantidos.

07- Não permitiremos que outras grandes obras, como as hidrovias e a ferrovia transcontinental, afetem, de uma ou outra forma, nossos territórios. Estamos cansados de ver nossos territórios e seus entornos serem invadidos por esses empreendimentos que só nos causam prejuízos de toda natureza.

Projetos Legislativos no Congresso Nacional

Como se não bastassem todos esses empreendimentos em execução ou projetados para essa região, que afetam nossos territórios, o Congresso Nacional, através de sua bancada ruralista e evangélica, tem proposto uma série de Propostas de Emenda Constitucional (PEC) e Projetos de Lei (PL) que rasgam nossos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, que nos desrespeitam como seres humanos, que ferem nossos territórios sagrados e que afrontam a nossa dignidade humana.

Citamos alguns desses projetos:

PEC/215/2000 transfere para o Congresso Nacional a competência para demarcar Terras Indígenas; e as que ainda não tiveram seu processo demarcatório concluído também devem passar pela aprovação do Congresso Nacional. Sabemos que se essa competência for transferida do Executivo para o Legislativo dificilmente teremos novas Terras Indígenas demarcadas.

PEC 237/13 permite a posse de Terras Indígenas por produtores rurais, através de concessão da União. Mais uma vez o agronegócio quer, de toda forma, diminuir nossos direitos e tomar posse de nossas terras, desta vez de forma legalizada.

PL 1610/96 regulamenta a mineração em Terras Indígenas. Nós, povos indígenas, só aceitamos discutir essa regulamentação dentro do PL Estatuto dos Povos Indígenas, conforme proposta pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Portaria 303/12, da Advocacia Geral da União, interpreta de forma abrangente, errônea e arbitrária as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, estendendo a aplicação dessas condicionantes a todas as Terras Indígenas.

Repudiamos a edição do Decreto 7957/13, por usar a Força Nacional para reprimir, massacrar e forçar as pesquisas em Terras Indígenas.

Existem ainda outras afrontas, como a PEC 38/99, a Portaria MJ 2498/11, a Portaria Interministerial 419/11, entre outras, que reduzem nossos direitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 059 / 2013

Brasília, 12 de abril de 2013.

Diante de todo o exposto, renovamos nossa indignação e nossos protestos e exigimos respeito aos nossos direitos tão duramente conquistados na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da OIT e, hoje, ameaçados por aqueles que só sabem explorar as riquezas e os povos do nosso país.



Líder indígena brasileiro ganha prêmio 'Herói da Floresta' da ONU

SÍTIO G1, 11.04.2013

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES), por meio da Procuradoria da República no Município de São Mateus, em parceria com as prefeituras de São Mateus e Conceição da Barra e com a Funasa, conseguiu que fossem implementadas melhorias sanitárias nas comunidades quilombolas do Norte do Estado.

Desde 2006, os órgãos já realizavam reuniões no intuito de reverter o precário quadro sanitário existentes nessas comunidades. Naquele ano, a Funasa encaminhou um relatório ao MPF informando a adoção de algumas medidas para melhorar a situação das comunidades - como a construção de 36 banheiros na comunidade Divino Espírito Santo e 11 na São Jorge.

Além disso, foram celebrados convênios com as prefeituras de São Mateus e Conceição da Barra para execução de melhorias, tais como a construção e reformas de poços artesianos e construção de unidades sanitárias, compostas por estrutura, pia, chuveiro, vaso sanitário e caixa d'água. Cerca de dez comunidades quilombolas em São Mateus e nove em Conceição da Barra foram beneficiadas.



Terra de índio, não de branco

SÍTIO DIARIODOSUDOESTE, 11.04.2013

O tema da ocupação, demarcação e utilização de Terras Indígenas (TI) gerou conflitos por anos em diversas áreas do território nacional. Não distante desta realidade, as terras de Palmas, Clevelândia e Chopinzinho/Mangueirinha ao longo de anos também tiveram registros da prática criminal de arrendamento de terra que são de propriedade da União e que estão em caráter de usufruto para os grupos indígenas.

Visando coibir a prática ainda em outubro de 2012, a Fundação Nacional do Índio (Funai) expediu para todos os escritórios uma circular com condutas a serem tomadas por seus funcionários, tratando das legislações que atendem a prática de arrendamento e parcerias agrícolas e pecuárias em TI.

Responsável por todas as reservas indígenas paranaenses e do oeste de Santa Catarina, o escritório da Regional Sul, situado em Chapecó, vem trabalhando com o Ministério Público Federal (MPF) para coibir a prática criminosa, no entanto, mesmo desenvolvendo ações de conscientização tanto da comunidade indígena como dos não indígenas, existem relatos e provas da atuação do "homem branco" em áreas da União, cabendo aos órgãos federais apurar se isso acontece com ou sem consentimento dos índios.

Segundo o procurador da República, Rui Maurício Ribas Rucinski, um dos fatores que por anos levou a prática ilegal é que a mesma área de terra indígena na mão de não indígenas acaba por gerar um potencial produtivo muito maior.

O promotor alertou que, nos últimos 5 anos, a Funai passou a se pronunciar através de seu departamento de Proteção Territorial de forma enfática, opondo-se a prática de arrendamento de terras. "Como essa postura já não se vê mais, ou pouco se vê, a prática-crime, seja de boa ou de má fé de funcionários da Funai. Outro fator importante é que, tanto no âmbito nacional e com regional, estão sendo feitas ações para esclarecer a população de quão perniciosa ela é", afirmou o membro do MPF, alertando que o arrendamento de terra indígena é usurpação de um bem da União, portanto, crime Federal.

"Temos uma dificuldade, pois não podemos adivinhar que o crime está acontecendo. E muitas vezes ele vem sendo praticado de forma mascarada. Para isso, precisamos do apoio da população, que pode denunciar esse tipo de prática", alertou o promotor, lembrando que a denúncia pode ser feita no escritório da Funai em Chapecó (49- 3322.0024) e no próprio MPF, em Pato Branco, (46-3220.5200).

O coordenador da Regional Sul da Funai, Antonio Izomar Marini, afirmou que não há como falar em datas passadas de atuações criminosas, porém comemora os primeiros sinais de conscientização da população quanto ao arrendamento de TIs. "Já vemos bons resultados a partir da ação simultânea da Funai com o MPF, até mesmo reduzindo a incidência de crimes".



Temporada de caça aos quilombos
SÍTIO CORREIOBRAZILIENSE, 11.04.2013

A Constituição de 1988 atribuiu ao poder público a obrigação de titular as terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos. Essa determinação pretendeu resgatar a dívida histórica do país com os afrodescendentes que se refugiaram em comunidades fugidas da escravidão ou formadas após a abolição pelos que não foram absorvidos pelo regime assalariado. Elas fixaram-se ou permaneceram em locais mais ou menos remotos, quase invisíveis, e resgataram ou reconstruíram sistemas de subsistência e de compreensão do mundo que se traduzem em inúmeros conhecimentos tradicionais, manifestações culturais, na nossa música e culinária, na nossa cara.

Após quase 25 anos da promulgação da Constituição, só 207 comunidades têm títulos, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) — não há dados consolidados sobre títulos concedidos só por órgãos estaduais. A lista oficial de comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, porém, chega a 3 mil. É fácil constatar a letargia do Estado — em particular, do Incra, responsável por regularizar essas áreas na esfera federal — em pagar a parte mínima que lhe coube dessa monumental dívida histórica.

A taxa de titulação de quilombos pela União caiu drasticamente no mandato de Dilma Rousseff: só 632 hectares titulados até agora. A administração Lula titulou 21,4 mil hectares, entre 2003 e 2007, e 38,2 mil hectares, entre 2008 e 2010. Fernando Henrique Cardoso titulou 415,2 mil, em oito anos.

O argumento do governo atual de que é preciso concluir a regularização fundiária das terras já tituladas, antes de titular novas áreas, não se sustenta, diante da situação de risco social e físico em que vivem os quilombolas. É preciso avançar nas duas frentes.

O louvável reconhecimento oficial, desacompanhado da titulação, retira os quilombos da sua invisibilidade histórica para transformá-los em sujeitos de direitos a serem reconhecidos. A lentidão nos processos de titulação, no entanto, expõe essas populações, agudizando conflitos e ameaçando a vida dos quilombolas: cresce o número de casos de assassinatos, invasões, despejos.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2012, dois quilombolas foram assassinados no Brasil. Em 2011, três foram mortos, três sofreram tentativa de homicídio e 77 foram ameaçados de morte. Em 2010, foram registradas 71 comunidades em conflito, abrangendo 6,9 mil famílias; já em 2011, foram registradas 100 comunidades em conflito, envolvendo 7,6 mil famílias.

Não faltam casos grotescos, de norte a sul, envolvendo interesses econômicos e políticos diversos e, não raro, agentes públicos federais em agressões aos direitos dos quilombolas. Em Alcântara (MA), parte das 3,3 mil famílias quilombolas, cuja ocupação remonta ao século 18, corre risco de remoção por causa da ampliação da base de lançamento de foguetes da Aeronáutica.

CONT.



O Quilombo da Pedra do Sal, na zona portuária do Rio de Janeiro (RJ), é constituído por 25 famílias descendentes de escravos trazidos para ali há mais de 200 anos. Tombado em 1987, é um dos principais redutos da história do candomblé, do samba e do carnaval carioca. Apesar disso, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja Católica, insiste em retirar os moradores. A região é alvo de projeto de "revitalização" (e da consequente especulação imobiliária) que integra as obras da Copa (2014) e da Olimpíada (2016).

Em Belo Horizonte (MG), 35 famílias formam o Quilombo de Mangueiras, descendentes de escravos que se fixaram, no século 19, em local situado, hoje, a 6,5km do Centro Administrativo de Minas Gerais. Ocupação desordenada e empresas envolvidas nas obras da Copa ameaçam a comunidade, cujas terras têm hoje apenas 20 hectares (1/12 do território original) e estão em estágio avançado de titulação.

Já no Vale do Ribeira (SP-PR), dezenas de comunidades estão ameaçadas por projetos hidrelétricos, um deles da Companhia Brasileira de Alumínio, da Votorantim. Eles podem provocar enchentes que ameaçam até a igreja do Quilombo de Ivaporunduva, de 300 anos.

O governo deveria ter vergonha de abdicar de sua obrigação de tutelar os direitos das minorias. No caso dos quilombos, deveria exercer sua autoridade para impedir que se instale no país uma verdadeira temporada de caça aos que simbolizam elemento essencial da identidade nacional.

*Coordenador de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA), é formado em filosofia, foi deputado federal pelo PMDB-SP (1983-1986) e presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).



Criação de ovelhas gera renda para quilombolas na foz do São Francisco

SÍTIO TERRA, 11.04.2013

Num cenário formado por dunas que se movem de acordo com a força dos ventos, rodeado pelas águas do Rio São Francisco e do Oceano Atlântico, no município alagoano de Piaçabuçu, agricultores têm na criação de ovelhas uma forma para geração de renda. A atividade passou de pai para filho e atualmente reúne cerca de 30 criadores, que possuem cerca de 700 animais.

Um dos locais onde a atividade ocorre é a comunidade quilombola Pixaim. As ovelhas ficam soltas nas dunas, alimentando-se principalmente de pasto e vegetação nativa e são recolhidas uma vez por semana para os currais, onde ocorre uma pequena feira. É nesse momento que os agricultores conseguem fazer negócios e obter alguma renda.

“Essa criação é muito peculiar e bastante tradicional. Percebemos um nível razoável de organização, podendo melhorar com a criação de uma associação. Há, porém, um baixo uso de técnicas de manejo, efetuando praticas rudimentares”, analisou o secretário municipal de Agricultura de Piaçabuçu, Joaquim Eugênio.

Como exemplo, ele citou a marcação com cortes nas orelhas dos animais para identificar os proprietários. “Chamam muita atenção algumas curiosidades desta criação nas dunas, como a rusticidade dos animais, a alimentação e a criação coletiva”, completou o secretário. “Com a significativa importância econômica e um enorme potencial de ampliação, vamos garantir apoio para melhoria da atividade, numa parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário”, emendou Joaquim Eugênio.

De acordo com o secretário adjunto de Estado da Agricultura, Henrique Soares, algumas ações do Programa Alagoas Mais Ovinos serão levadas a esses criadores. “Temos a determinação do governador Teotonio Vilela de apoiar a vocação de cada lugar, por isso, conduzimos programas que fortalecem as cadeias produtivas, como o Programa Alagoas Mais Leite, o Alagoas Mais Ovinos e o de Avicultura Familiar Sustentável”, destacou o secretário.



Cotas raciais em concursos públicos é tema de audiência promovida pela PFDC
SÍTIO MPF, 11.04.2013

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF) realiza no dia 18 de abril, em Brasília, a audiência pública "Cotas Raciais em Concursos Públicos". O evento irá discutir a adoção, pelo Estado brasileiro, de medidas que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população afro-brasileira.

O foco está na implementação de cotas raciais no serviço público, previstas nos artigos 1º, inciso VI, e 39, da Lei nº 12.288/ 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. A medida se insere no conjunto de políticas de ações afirmativas a serem obrigatoriamente adotadas pelos poderes públicos com vistas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas nas esferas públicas e privadas.

A audiência é aberta à participação pública e reunirá, dentre outras instituições convidadas, representantes da Casa Civil, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Ministério do Planejamento, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Ministério Público do Trabalho e da organização não-governamental EducaAfro.

O objetivo da audiência pública é, a partir dos debates e reflexões apresentadas, instruir a atuação da PFDC e dos procuradores dos direitos do cidadão em todo país nesse campo temático. No plano da atuação extrajudicial e da tutela coletiva, cabe aos procuradores dos direitos do cidadão zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na legislação brasileira, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

Serviço:

Onde: Auditório da Escola Superior do Ministério Público da União. SGAS Av. L2 Sul, Qd. 604, Brasília, DF.

Quando: 18/04/2013, das 8h30 às 14h

Mais informações: <http://cotasraciaisconcursopublico.blogspot.com.br/>

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria Geral da República
(61) 3105-6404/6408